

FRAGMENTOS DE MEMÓRIA DA POLOP NA BAHIA

ORLANDO MIRANDA

Nos anos anteriores ao golpe militar de 1964, a Polop já possuía um grupo de militantes na Bahia. No congresso de fundação da Organização, em 1961, participou uma delegação baiana composta por representantes do Sul do Estado e por militantes de Salvador. Mas eu só iria tomar conhecimento das teses da Polop mais adiante.

Cheguei a Salvador no início dos anos 1960 para dar continuidade aos estudos, iniciados em Jequié, no Sudoeste baiano. Matriculei-me no primeiro ano do Científico do então famoso Colégio Central - Colégio Estadual da Bahia. Foi quando me iniciei na política estudantil. Cheguei a organizar uma chapa para a direção do Grêmio do Central, mas perdemos as eleições para outra chapa, liderada por Jaime Vieira Lima, num processo eleitoral conturbado.

Essa prática estudantil foi a descoberta da política por um jovem vindo do interior, onde a principal leitura era *Seleções* do Readers Digest. Mas a política descoberta era ainda rudimentar, onde Jaime Vieira Lima era apresentado como representante da "direita" para alguém que não sabia distinguir os conceitos de direita e esquerda. O passo seguinte foi tomar contato com posições nacionalistas. A defesa da Petrobras pareceu-me algo não só importante como inquestionável. Pesou nesse "salto" a leitura de um livro muito popular na época, sobre os problemas do petróleo no Brasil e a ação do imperialismo americano¹. Num passe de mágica, os meus heróis, como pintado pela *Seleções*, desnudaram-se em vilões.

A Universidade antes do golpe

Ao entrar na Escola Politécnica da UFBA, em 1963, tomei conhecimento de um mundo novo, onde o debate das ideias e a prática política eram efervescentes.

A vitalidade do movimento estudantil a todos envolvia. A minha turma logo se dividiu em dois grupos opostos, acompanhando o que ocorria no conjunto do movimento: a "esquerda" e a "reação". Na Escola de Engenharia, a esquerda naquele ano era liderada, entre outros, por Haroldo Lima, Paulo Mendes e Sérgio Gaudenzi, todos da AP (Ação Popular). José Milton Ferreira (o "Gordo"), também da AP, era calouro como eu, mas logo passou à linha de frente. O PCB (Partido Comunista Brasileiro), conhecido como "Partidão", era forte, porém sem nomes muito expressivos. Valdir Regis, com pouco tempo de PCB, acabara de ser eleito presidente do Diretório Acadêmico. Fernando Alcoforado, recém-ingresso no Partido, atuava nos bastidores. A liderança maior era mesmo Haroldo Lima, que a todos empolgava nas assembleias e que, de certa forma, teve influência nos rumos da minha ação política.

1. *Que sabe você sobre petróleo* - FONSECA, Gudin. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

No plano das lutas políticas, a UNE (União Nacional dos Estudantes) se destacava, fazendo do movimento estudantil uma das forças mais atuantes da sociedade. A UNE levantava a bandeira da reforma universitária, propondo o fim da cátedra vitalícia, expressão maior do caráter arcaico e elitista da Universidade.

Para mim, foi a época da descoberta do marxismo e da literatura revolucionária. Na Universidade era intensa a circulação de literatura de esquerda, embora mais concentrada nas publicações ligadas ao campo ideológico do reformismo. Prevalciam as publicações da Editora Fulgor, em geral traduções de obras de origem soviética. Divulgava-se Marx, mas quase nada de Lênin, Gramsci ou Trotski. Era *chique* andar com um livro da moda debaixo do braço, com a capa à vista. Gozava-se: *Aquele ali tem o sovaco mais culto do pedaço!* Era também a curtição do cinema de arte, sendo obrigatório assistir aqueles filmes herméticos e, nas rodas de bate-papo, interpretar as inimagináveis mensagens neles transmitidas.

Uma das minhas primeiras leituras foi *Os princípios fundamentais da Filosofia*, de Politzer. Longe estava de perceber que o materialismo ali transmitido era "mecanicista", não dialético, como fui entender depois. Mas o gosto pela leitura se estabeleceu, levando-me a adquirir livros e mais livros, em comprometimento do parco orçamento.

Foi então que passei a tomar conhecimento das teses da Polop, nas rodas de discussões no restaurante Universitário, onde o papo político era livre e aberto. Dois quadros representavam a Polop nesses embates, criticando a política reformista do PCB: José Luiz Pamponet e Almicar Baiardi. O primeiro era estudante de sociologia e, desde aquela época, dirigente nacional da Organização. Baiardi era estudante de agronomia.

Com o golpe, Pamponet entrou na clandestinidade, transferindo-se para o Rio de Janeiro onde foi esfaqueado num assalto em Copacabana. Passou um longo período em recuperação, retornando a Bahia, já desligado da Organização. Dedicou-se à carreira universitária e faleceu de Aids em agosto de 1998. Baiardi, após o golpe, foi fazer pós-graduação em algum país da América Latina, retornando por volta de 1967. Militou no MR-8 em São Paulo e, com a redemocratização, ligou-se ao PCB.

Das lutas desse período que antecedeu ao golpe militar, recordo-me da longa greve nacional dos estudantes, reivindicando um terço de participação nos Conselhos Universitários. Os grandes comícios pelas reformas de base de Jango. As manifestações dos petroleiros pela encampação da Refinaria de Capuava. A invasão da Reitoria da UFBA, no início de 1964. Participei desses eventos como ativista de base, mantendo uma aproximação maior com a AP, devido às amizades com colegas da Escola. Vale recordar alguns detalhes do episódio de invasão da Reitoria, face à inexistência de maiores registros escritos.

Carlos Lacerda, governador do então Estado da Guanabara, comandava as ações da direita, preparando a sua candidatura à presidência da República. O reitor da UFBA, Edgar Santos, convidou-o para proferir a aula inaugural do ano letivo de 1964, ocasionando grande indignação nos meios acadêmicos. No dia da aula, a UEB (União dos Estudantes da Bahia), convocou um comício de protesto na Praça da Sé. Na véspera já tínhamos pichado toda a Avenida Sete com o slogan "FORA CORVO!" (Corvo era o apelido de Lacerda). Durante o comício, que ocorria simultaneamente com o ato na Reitoria, surgiu a proposta de se ocupar os ônibus e obrigar os motoristas a dirigirem até a Reitoria. A proposta foi imediatamente assumida e, lá chegando, os manifestantes invadiram o recinto gritando palavras de ordem. As autoridades que ocupavam a mesa, à frente Lacerda e o então governador da

Bahia, Lomanto Júnior, foram obrigadas a se retirar sob vaias. A aula inaugural foi transformada em ato político, mas em sentido contrário ao que pretendia o reitor.

O golpe: um raio num dia de céu azul

O golpe militar de 1964 interrompeu o processo de radicalização em curso das massas. O comando reformista nucleado pelo PCB e CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi pego de surpresa, nenhuma alternativa tendo para apresentar às massas.

No dia 1ª de abril, com a situação política já caminhando para se definir a favor dos golpistas, uma massa de estudantes se reuniu no restaurante Universitário, no corredor da Vitória, em busca de informações. Alguém da UEB distribuiu um panfleto improvisado onde denunciava a *ação dos gorilas* e conclamava a todos a *criar um movimento subterrâneo de resistência ao golpe*. A perplexidade com a proposta talvez tenha sido maior do que com a realidade do golpe militar. Foi então que Amílcar Baiardi, da Polop, subiu numa cadeira e fez um discurso radical. Denunciou o golpe, caracterizando-o como consequência da política de conciliação de classes até então vigente, e conclamou enfaticamente aos presentes: *Vamos todos para a rodoviária confiscar ônibus e nos dirigir até Feira de Santana para organizar a resistência junto com Chico Pinto!* Valeu a intenção. Foi o único orador daquele ato surrealista. Mas, até uma semana depois, colegas ainda me perguntavam quando iríamos para Feira de Santana. Isso nas imediações da rua Chile, pois com a vigilância policial implantada no restaurante Universitário, o ponto de encontro passou a ser a esquina da banca de revistas em frente à Prefeitura Municipal. Ali, à boca pequena, as pessoas se informavam sobre os acontecimentos e durante muito tempo permaneceu como um "point" político.

No apartamento onde morávamos, na Graça, todos cuidamos de embalar os livros e documentos políticos e dar sumiço aos mesmos.

Os meus foram colocados numa mala e guardados na casa de um parente que trabalhava na Petrobras. Dias depois um primo me procurou dizendo que o dono da casa estava apavorado e queria que eu retirasse a *muamba* o mais rápido possível. O terror vigente na Petrobras chegara até a casa de um pacato chefe de família. Não tendo alternativa, fui com o meu primo buscar a mala e, juntos, queimamos todo o material num terreno baldio.

O mais interessante é que, alguns meses depois, já começávamos a refazer a coleção de livros. Passado o auge repressivo, a livraria Civilização Brasileira, na rua da Ajuda, aos pouco foi voltando a expor o seu estoque de literatura de esquerda que sobrara de antes do golpe. Tornou-se obrigatório passar por lá de vez em quando e adquirir o volume que reaparecia por milagre. Logo a minha biblioteca foi recomposta.

A radicalização no pós-64

Com o afastamento dos principais líderes estudantis, imposto pela repressão, fui

2. Chico Pinto era o então prefeito de Feira de Santana.

paulatinamente assumindo posições de liderança no movimento estudantil. Logo entrei em choque com as teses reformistas, aproximando-me do pessoal da Polop E, de 1964 até o final de 1966, quando saí da Universidade, o meu envolvimento foi uma escalada que quase compromete a formação acadêmica.

Ao tomar conhecimento da literatura da Polop, um universo novo se abriu para mim. A crítica ao reformismo, o combate à dominação ministerial nos sindicatos, as propostas de organização independente da classe operária - tudo isso era coisa nova, que me possibilitava explicações da realidade e perspectivas de ação. Foi então que o marxismo-leninismo começou a entrar de forma mais sistemática nas minhas preocupações. As leituras passaram a ser direcionadas. *O Que Fazer?*, de Lênin era leitura obrigatória, seguido do *Manifesto Comunista*, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, resumo de *O capital*, de Bouchard, *Imperialismo fase superior do capitalismo* e outros textos clássicos. *Sobre a contradição*, *Sobre a prática* de Mao Tse-tung, também eram leituras obrigatórias. Sobre a realidade brasileira, obras de Otávio Ianni, Teotônio dos Santos, Wanderley Guilherme e outras.

Nos meses pós-golpe eu e Pery atuávamos ainda na retaguarda. A representação de massas da Polop estava por conta de Renato Baiardi, estudante de Engenharia (irmão do Amílcar), Jonga, um estudante de Arquitetura e Raimundo Aras, estudante de Sociologia (já falecido, irmão do Roque Aras). Eram chamados jocosamente pelo pessoal da esquerda "as três andorinhas", pois se imaginava que eram os únicos militantes da Organização no movimento. Mas aos poucos fomos passando à linha de frente e as "andorinhas" foram se multiplicando...

Na Escola de Engenharia, a direita ocupou os espaços após o golpe, tomando de assalto o Diretório Acadêmico e comandando as delações dos colegas de esquerda. O núcleo principal desse grupo era composto pela ala direita da minha turma: Renato Falcão, Evandro dos Santos, Sérgio Ramos, Jaldo e outros. Mas logo nos rearticulamos. De discussões fechadas e retomadas de contatos, passamos às pequenas ações, como a criação de um mural e, então, organizamos uma chapa que assumiu o controle do Diretório. A partir daí passamos a apoiar a reconstrução das entidades centrais (DCE e UEB).

A reestruturação da UNE

Em 1964, além dos sindicatos e organizações de massa dos trabalhadores, a ditadura colocou na ilegalidade a UNE e todas as entidades estaduais de estudantes. A cidadela maior da UNE - sua sede na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro foi incendiada. Por meio da Lei Suplicy de Lacerda, que levava o nome do seu idealizador, o então Ministro da Educação do governo Castelo Branco, todas as instâncias da representação estudantil foram submetidas ao controle do Ministério da Educação.

Mas, a partir da reorganização da União Estadual de Estudantes, em São Paulo, inicia-se um movimento em prol da convocação de um congresso de reconstrução da UNE. Para a Bahia, a UEE paulista despachou um japonês, militante da AP, que aqui chegando organizou um pequeno grupo formado por mim e militantes da AP, entre eles, Ricardo Angelin (estudante de Administração*), José Fidélis Sarno e Raimundo Lago "Mudú" (meus colegas de turma). Passamos a desenvolver uma intensa atividade de identificação e convencimento de quadros politizados para se candidatarem a delegados. Com muito custo, conseguimos uma delegação com representantes das principais escolas e dos diversos agrupamentos políticos.

Esse histórico Congresso, 27^o da história da UNE, ocorreu, em fevereiro de 1965, na Escola Politécnica da USP, onde toda a delegação ficou hospedada, exposta à repressão. A todo instante falava-se na iminente ação de grupos paramilitares que atuavam em São Paulo, mas felizmente nenhum incidente se verificou. Para a presidência da UNE foi eleito Antônio Xavier, da AP, sendo uma das vice-presidências ocupada por José Fidelis e outra por Altino Dantas. Com a decretação do AI-2, Xavier foi preso no Rio de Janeiro e José Fidelis assumiu a presidência, em janeiro de 1966.³

A diretriz principal do Congresso de São Paulo foi a luta contra a Lei Suplicy, pela qual a UNE recém-reestruturada passa a mobilizar os estudantes e organiza passeatas nas principais capitais. O movimento estudantil no Brasil entrava em pleno processo de radicalização, cujo auge será em 1968.

Retornando do Congresso da UNE, rearticulamos aqui a UEB (União dos Estudantes da Bahia), tendo Alberto Oliveira, da AP, como presidente e a participação de Pery Falcón e Raimundo Aras na diretoria. Na diretoria seguinte, escolhida no início de 1966, a presidência coube a Renato Rabelo, da AP, estudante de Medicina, com a minha participação e a de Raimundo Aras.

A vanguarda estudantil na Bahia em 1964-1966

Nessa fase pós-golpe, atuava no movimento estudantil baiano a AP, o PCB, um grupo de independentes e a Polop.

A AP radicalizava-se crescentemente, afastando-se da JUC (Juventude Universitária Católica), que lhe dera origem. Aprofundou-se o processo que já vinha ocorrendo desde o início da década de 1960, quando as principais lideranças estudantis oriundas da JUC se organizaram em agrupamento político, tendo como inspiração teórica a obra do padre francês Teilhard de Chardin. No pós-golpe, suas principais lideranças no meio estudantil eram Renato Rabelo; seu irmão Agnaldo Rabelo ("Esquerdinha"), estudante de Engenharia (já falecido); Maurício, também estudante de Engenharia (primo de Sérgio Gaudenzi); Alberto Oliveira, estudante de Filosofia, e Ricardo Angelim. Na Escola de Engenharia, Haroldo Lima, Jorge Leal, José Milton e outros permaneciam atuando nos bastidores. Mas o principal quadro teórico da AP era Duarte Pacheco, que ministrava cursos e palestras fechadas.

O PCB tinha Eduardo Safira e Marcelo Cordeiro como lideranças de massas e Wally Salomão como uma espécie de "guru". Os chamados independentes compunham um amplo espectro destacando-se Filemon Matos, Sérgio Passarinho, Saul Quadros, Raimundo Brito, o atual deputado João Almeida, entre outros.

Os independentes eram uma espécie de linha auxiliar do Partidão, defendendo em bloco a aceitação pura e simples da Lei Suplicy, em confronto com uma frente entre a AP e a Polop, que defendiam as diretrizes do 27^o Congresso da UNE. Ressalte-se que a prática estudantil do Partidão caiu paulatinamente na festividade, sob o comando de Wally Salomão, que dirigia o "CEU" (Coordenação Estudantil Universitária, órgão interno do PCB). Wally tinha por hábito organizar

³ Estranhamente, o *site* oficial da UNE nada contém sobre esse Congresso, que teve um importante papel na retomada das lutas estudantis após o golpe.

passeios de escuna para atividades de integração dos filiados, durante os quais ele comandava a esbórnica. O que não quer dizer que isso fosse a regra geral. Havia militantes sérios e responsáveis no PCB, a exemplo de Guido Rocha e Silvino, na Escola de Medicina e Chico Pica-Pau, Caqui e outros na Escola de Engenharia.

Guido era sergipano e se caracterizava por sua coragem e firmeza de posições. Foi quem liderou a pichação do Corredor da Vitória, com o slogan "FORA GORILAS!", na véspera do Sete de Setembro de 1964. Sendo ali o local onde as tropas se concentravam para o desfile, o ato teve grande repercussão, elevando a moral da estudantada e deixando as forças repressivas azucrinadas.

Atuávamos alinhados com a AP, mas a nossa fundamentação diferia em conteúdo das posições da AP. Enquanto falávamos uma linguagem baseada na teoria das lutas de classes, defendendo uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo como a força motriz das transformações sociais, a AP se prendia numa linguagem populista, centrada na categoria "povo", onde as "lutas do povo" ocupavam o lugar das lutas de classes. Nesse sentido, quando mais tarde a AP pretendeu polarizar a ascensão em curso do movimento com a proposta de criação do "MCD" (Movimento Contra a Ditadura), nós saímos em campo para combatê-los.

Nas eleições parlamentares de outubro de 1966, fizemos a campanha pelo voto nulo, juntamente com a AP. Tivemos que enfrentar uma forte reação do PCB/Independentes que defendiam o voto no MDB. Nós denunciávamos as eleições como uma farsa montada para mascarar o caráter aberto da ditadura. Mas, se era difícil para os reformistas entenderem nossa proposta de voto nulo, imaginem quando, após as eleições, passamos a defender a posse dos eleitos, no momento em que os chefes militares ensaiaram impedir a posse daqueles menos comprometidos com o regime.

Na véspera das eleições viajei para Jequié, meu domicílio eleitoral, levando um pacote de panfletos em prol do voto nulo. À noite, junto com dois primos, efetuamos a distribuição em toda a cidade, colocando os panfletos em baixo das portas. Ao final, fomos para uma festa, onde encontramos Wally Salomão (éramos conterrâneos de Jequié). Uma acalorada discussão sobre o voto nulo se estabeleceu. Tivemos de nos retirar, por razões de segurança.

O congresso da UNE em BH

Em junho de 1966 foi convocado um outro Congresso da UNE, a realizar-se em Belo Horizonte. Este foi cercado por cuidados de segurança, tendo sido distribuídas previamente senhas para os delegados terem acesso ao local, o que prejudicou a mobilização. Mas a repressão se antecipou, decretando a ilegalidade do evento e demonstrando a indisposição de permitir a sua realização.

Como delegado do Diretório da Engenharia, viajei para Belo Horizonte via São Paulo, onde participei de uma reunião da Direção Nacional da Polop. Ao término dela, pernoitei na casa de um companheiro e, no dia seguinte, tive um encontro com "Otávio" (Otavino Alves, operário mineiro, então membro da direção nacional da Polop). Mesmo sabendo que o meu destino era o Congresso da UNE, já sob a mira da repressão, entregou-me um pacote de materiais internos para a Organização na Bahia.

Acontece que, durante a noite, eu tivera um brutal mal-estar causado pela alimentação servida na reunião. Comuniquei ao Otavino que não estava em condições de viajar e ele me conseguiu uma

república de estudantes na rua Major Sertório para passar o dia. Mas fui obrigado a ficar dois dias acamado, com febre e vômitos, sem nada comer. Devido a isso, não viajei para Belo Horizonte. Soube, então, pelos jornais, que muitos estudantes haviam sido presos nas barreiras montadas pela repressão nos acessos à capital mineira. Involuntariamente, pulara de uma fogueira.

Devido à ação da repressão, a participação no Congresso ficou esvaziada, mas as lideranças que conseguiram se fazer presentes reuniram-se clandestinamente no Convento dos Dominicanos e depois no porão da Igreja de S. Francisco, tendo sido escolhido o mineiro José Luís Moreira Guedes para presidente da entidade na gestão 1966-1967. José Fidélis não participou desse Congresso por se encontrar na época em Cuba, no IV Congresso Latino-Americano de Estudantes.

O evento passou a ser denominado 28ª Congresso da UNE e teve como diretriz principal a luta contra o Acordo MEC-USAID.

No final de 1966, foram convocadas novas eleições para a diretoria da UEB, dessa vez na forma de eleições diretas, da qual participamos com uma chapa da AP/Polop, encabeçada por Alberto Oliveira, estudante de Filosofia. Disputamos contra a chapa do PCB/Independentes, tendo na cabeça Marcelo Cordeiro, que se sagrou vitoriosa.

O confronto com Juracy Magalhães

Episódio de destaque nesse período foi o apedrejamento de Juracy Magalhães em frente à Reitoria da UFBA, em junho de 1966, do qual também pouco registro escrito é conhecido.

O ponto de partida foi a proibição, no Colégio Central, de uma peça estudantil de autoria de Carlos Sarno (atual empresário baiano na área de publicidade). Sarno dirigia um grupo de teatro amador, juntamente com os também secundaristas: Jurema Valença e Nemésio Garcia, entre outros. A peça contava a história de um jovem que viera do interior para estudar em Salvador. Era um trabalho de conteúdo político elementar, mas o então diretor do Colégio, professor Walter Reuter, proibiu a apresentação. Em solidariedade, a UEB e o DCE resolveram levar a peça ao restaurante Universitário.

Na noite do evento, o local superlotou. Mas antes da apresentação, a polícia interveio, dispersando os presentes a golpes de cassetetes. A revolta foi geral e as lideranças convocaram um ato de desagravo em frente à Reitoria no dia seguinte (4 de junho). O comparecimento ultrapassou as expectativas e, durante o evento, passou em carro oficial o general Juracy Magalhães, então ministro de Relações Exteriores. Em sua companhia iam um oficial ajudante de ordens e o neto do general, Jutahy Magalhães Júnior, à época um garoto. Alguém na manifestação reconheceu o ocupante do carro e começaram as vaias e xingamentos.

Veio em seguida uma reação compatível com o passado truculento de Juracy. Ele desceu do carro e confrontou os manifestantes, que por seu turno aumentaram a intensidade das vaias. Pedras foram arrancadas das calçadas e arremessadas contra o carro, cujos vidros se quebraram. O oficial ajudante de ordens⁴ recebeu uma pedrada no rosto que fraturou o seu maxilar. A situação ficou dramática, com algumas lideranças tentando aplacar os ânimos e outras comandando o apedrejamento. Raimundo Aras, da Polop, abraçou o oficial, protegendo-o com o seu corpo. Repórteres fotográficos

presentes ao ato fizeram uma ampla cobertura, sendo as fotos confiscadas posteriormente.

O episódio teve consequências sérias para o movimento. Com base nas fotos confiscadas, o Exército abriu um inquérito, presidido pelo major Joalbo, enquadrando todas as lideranças, a maioria delas perfeitamente identificadas nas fotos. Renato Rabelo, então presidente da UEB, entrou na clandestinidade e se transferiu para outro estado. Raimundo Aras foi bastante pressionado nos interrogatórios, o que ocasionou o seu afastamento do movimento estudantil. Outros dirigentes seguiram o mesmo caminho, temendo represálias posteriores. Por ser membro da diretoria da UEB, fui também bastante pressionado nos interrogatórios. Neguei a minha presença e, como não apareci em nenhuma foto, fui deixado de lado.

Aliás, o inquérito terminou por não indiciar ninguém. O que se supôs na época foi que os militares tinham restrições à figura de Juracy Magalhães e conduziram o inquérito apenas como jogo de cena, para não deixar o incidente passar em branco.

Juracy, nascido no Ceará, fez uma carreira militar vitoriosa, entrando para a reserva em 1957, com a patente de general de brigada. Foi um grande beneficiário da proximidade dos militares com o poder, tendo exercido entre outras as funções de embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ministro da Justiça e ministro de Relações Exteriores. É dele a frase que deu o tom da subserviência do regime militar aos interesses dos Estados Unidos: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil".

Sua fama de repressor vem desde quando foi Interventor na Bahia durante a ditadura Vargas. Em 1932, por exemplo, ele mandou a polícia invadir a Faculdade de Medicina, fazendo recolher à prisão comum quinhentos e doze estudantes e sete professores, entre eles o jovem universitário Carlos Marighella, que depois registrou o fato em versos.

No dia seguinte ao episódio da Reitoria, nos deparamos com uma crônica na Tribuna da Imprensa, assinada por Sebastião Nery, intitulada: "Juracy repete Maria Madalena na Praça da Sé". Só não entendemos porque Praça da Sé.

A Polop na Bahia

Após o golpe militar, a Polop procurou se reestruturar para enfrentar as novas condições de luta, empreendendo um esforço de reorganização a nível nacional. Teotônio dos Santos, então dirigente nacional, esteve na Bahia onde ministrou um curso sobre as concepções da Organização para os contatos que foram rearticulados. Foi um ponto de partida para a retomada dos trabalhos.

A expansão da Polop foi considerável nos anos pós-golpe, fruto de uma atividade agressiva, de constante confronto com as teses reformistas. Na Bahia, logo nos estruturamos nas principais escolas e no meio secundarista. Fazíamos uma intensa divulgação do material impresso da Organização, com excelente retorno.

Data dessa época o lançamento pela Polop do Manifesto-Programa (precursor do famoso Programa Socialista para o Brasil), com esboço das suas principais propostas programáticas. A

4. João Mansur, hoje coronel aposentado da Polícia Militar baiana.

divulgação desse Manifesto, aliado aos "Cadernos da Esquerda Revolucionária", teve importante repercussão nos meios politizados. Os "Cadernos" foram textos lançados periodicamente, com o objetivo de fornecer argumentos à militância. Alguns deles marcaram época: *Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores* (nº 1, set./64); *Frente de Libertação ou Partido Revolucionário* (nº 3); *Redemocratização ou Governo Revolucionário* (nº 8). É também dessa época o "Informe Nacional", publicação semanal de acompanhamento político da conjuntura, que circulou de 1965 a 1967.

No movimento estudantil, Pery Falcón, aos poucos, foi se destacando como liderança de massas. Sua ação fez surgir na Escola de Engenharia um forte grupo de militantes e simpatizantes da Polop, sendo os principais entre 1964-1966 eu, Renato Baiardi e José Mota. Pery chegou a ter grande liderança no movimento estudantil, com intervenções brilhantes nas assembleias. Eram comuns os seus embates com Marcelo Cordeiro, que facilmente perdia a calma com o estilo irônico de Pery.

A ala feminina da Organização nessa fase era composta pelas irmãs de Pery: Jelma, Jacema e Yara. Havia ainda a Alexandrina, amiga de Yara. As duas iam posteriormente para São Paulo, onde desempenhariam atividades de "integração na produção", no ABC paulista. Havia outras militantes, com as quais não tive muita aproximação.

O meu envolvimento com a Polop logo foi além da ação no meio estudantil. Ao ingressar na Organização, no início de 1964, fui apresentado ao Hermano ("Dario" ou "Armando"). Era do Sul do estado e supostamente se mudara para Salvador após o golpe. Atuava como dirigente máximo, entrevistando previamente os quadros para aprovar o ingresso. Mantinha certo rigor na ação clandestina, preservando a sua identidade. Mesmo assim fiquei sabendo que ele estudava na Escola de Eletromecânica, no bairro de Nazaré, e namorava Jelma, irmã de Pery. Concentrava em suas mãos os contatos com os diversos quadros que foram retomados após o golpe militar. Recolhia as finanças e redigia os materiais.

Com o surgimento do núcleo da Escola de Engenharia, esta estrutura rudimentar foi em parte superada. Os quadros foram organizados em células. Uma direção regional foi criada. As discussões passaram a ser coletivas, nas células, e o recrutamento efetuado por estas. Criou-se uma publicação regular, o "Informe Estadual", que procurava traduzir para a realidade baiana as análises do "Informe Nacional".

Aos poucos, passei a conhecer outros companheiros do grupo baiano. Ivan Braga, representante comercial. Wanderley, bancário. Um vendedor de livros. Um arquiteto de nome Alberto Hoisel (irmão do atual médico naturalista Fernando Hoisel). Aderbal Burgos, funcionário público e secundarista. Tinha ainda o Professor Perseu Abramo, que veio de Brasília após a intervenção da ditadura na UNB. Um estudante de Odontologia, Rubens Barros e outro de Geologia, o Miguel. Existiam contatos em algumas cidades do interior, sob o controle de Hermano. E também contatos operários no subúrbio, oriundos da prática sindical de antes do golpe.

Um aspecto que nos aproximava era a defesa da luta armada e a crítica ao pacifismo do PCB. Muitos quadros que buscaram a Polop no pós-golpe, o fizeram dispostos a travar a luta armada. O que gerou alguns episódios pitorescos. Hermano, por exemplo, tinha o hábito de recolher amortecedores usados, com o suposto objetivo de fabricação de bombas caseiras. Não chegou a fabricar nenhuma mas, certa vez, em fins de 1964, fomos surpreendidos com a notícia de que um artefato explosivo, fabricado com um amortecedor, havia sido descoberto na sede de uma associação cultural, no Corredor da Vitória. Não chegou a explodir, mas a imprensa deu grande destaque, caracterizando

como "ato terrorista". Muitos anos depois, fiquei sabendo por Aderbal que a ação tinha sido iniciativa pessoal dele. O objetivo era colocar o artefato na Associação Brasil-Estados Unidos. Como encontrou dificuldades para entrar, deixou onde pôde.

Outro episódio que ilustra a nossa situação naquela fase foi a tentativa de criação de um "núcleo de trabalho armado". Certo dia, Hermano me comunicou que estava organizando um grupo para ser o núcleo do futuro trabalho armado, mas o objetivo inicial era homogeneizar a formação política, tarefa que ficaria sob minha responsabilidade. Articulamos uma reunião inicial, que se realizou à noite, dentro de um fusca, circulando nos bairros de Ondina e Rio Vermelho. O grupo era formado por Aderbal, o vendedor de livros e dois rapazes morenos, fortes, que me pareceram ex-militares. Abri a reunião fazendo uma explanação sobre as posições da Organização, a importância da formação política para o trabalho armado e propondo que deveríamos cumprir um plano de formação antes de qualquer iniciativa de treinamento militar. O primeiro a questionar foi o Aderbal, que declarou possuir "grande cabedal político", dispensando o plano de formação. Os dois morenos inquiriram sobre a experiência militar dos presentes e um deles declarou ao final que iria reavaliar a sua participação no grupo. Não houve nenhuma outra reunião.

Data desse período o meu entrosamento com a Direção Nacional, em São Paulo. Primeiro, fui destacado para representar a seção baiana num encontro do setor estudantil, em São Paulo. Em seguida substituí o Hermano numa reunião da Direção Nacional, porque ele, tendo conseguido um emprego, ficou impossibilitado de se afastar da cidade. Foi então que passei a conhecer os "figurões" da Polop: Eric Sachs, Eder Sader, Ceici Kameyana, Otavino e outros.

No final de 1966 terminei o curso de Engenharia, saindo do movimento estudantil. O mesmo ocorrera com o Jonga. Renato Baiardi já havia entrado em processo de recuo, abandonando a militância. Raimundo Aras afastou-se, por força da repressão após o incidente com Juracy Magalhães. Em 1967, no Congresso de Vinhedo, Pery foi eleito vice-presidente da UNE, transferindo-se para o Sul do país.

Outros companheiros dariam continuidade ao trabalho.

Pery morou sucessivamente em Minas Gerais, Porto Alegre e novamente em Minas, onde foi preso em julho de 1969. Saindo da prisão, em dezembro daquele ano, foi para Recife, onde voltou a ser preso, só saindo em 1973. A partir daí se afastou da militância ativa na Polop.

O "exílio" nordestino

Concluí o curso superior numa época em que engenheiros não tinham dificuldades de arranjar emprego no país. Nesse ínterim, surgiu um anúncio de uma empresa oferecendo vaga para dois engenheiros eletricitas, sendo um para Maceió e outro para Natal. José Milton Almeida, me procurou propondo a aceitação conjunta. Estávamos "queimados" na Bahia e o afastamento por um período seria importante para a continuidade da militância, disse-me ele. E ainda apontou para a possibilidade de um trabalho político conjunto, ele em Maceió, eu em Natal. Terminou por me convencer.

Foi assim que, em fevereiro de 1967, despedi-me dos companheiros baianos e mudei-me para Natal, com direito a trinta dias de estágio remunerado no Rio de Janeiro. Foi uma radical mudança de vida. No Rio, ficamos hospedados num hotel de luxo, com tudo pago e ainda salário integral.

Aproveitamos para tirar a barriga da miséria e nos dar ao luxo de algumas extravagâncias, até então proibidas por falta de grana. Foi assim que descobri o chope e outras delícias da cidade maravilhosa.

Articulei contato com a seção carioca da Organização, mas isso não passou de encontros semanais para informes. Casualmente, encontramos alguns quadros que haviam se mudado para o Rio após o golpe militar. Um deles foi o Betinho, ex-presidente da UEB. Outro foi o Pamponet, que se encontrava internado no Hospital Ernesto Simões. Ele estava em enfermaria, sem parentes para assisti-lo. Encontrava-se, porém, sob os cuidados de um médico simpaticante da Polop. Passei a visitá-lo regularmente, quando trocávamos opiniões políticas.

Encontramos o Amílcar Baiardi e acertamos um bate-papo juntamente com o José Milton. Ele acabara de retornar de exterior e desejava se informar da situação da esquerda no Brasil. Relatou a sua estadia fora e então nos pediu um informe sobre as posições das nossas organizações. Ouviu-nos atentamente, mas, para a minha surpresa, criticou o relato que fiz das posições da Polop considerando mais corretas as posições da AP expressas por José Milton. Foi uma grande decepção, pois eu não o via desde o golpe e mantinha ainda a imagem daquele revolucionário que subiu na cadeira no restaurante Universitário para propor o sequestro dos ônibus.

Eu iria reencontrar o Amílcar anos mais tarde, em São Paulo, numa reunião clandestina onde ele representava o MR-8 e eu a Polop. Como ele demonstrou não me reconhecer, agi da mesma forma.

Em março de 1967, desembarquei em Natal, assumindo o meu primeiro emprego como engenheiro. A permanência lá foi produtiva em termos profissionais, porém frustrante quanto à ação política. O cargo ocupado e as condições da cidade, tipo cidade do interior, reduziam ao mínimo — e tornavam temerárias — as possibilidades de qualquer trabalho de proselitismo político. Inexistia um movimento estudantil atuante, como eu conhecera na Bahia. A vida cultural era inexpressiva. Em contrapartida, era intensa a vida boêmia.

Nestas circunstâncias, a estadia foi aproveitada para ter um maior convívio com os livros da biblioteca política que levei comigo. O trabalho conjunto com José Milton revelou-se inviável devido as dificuldades de comunicação. Mas, por meio dele, estabeleci contato com dois militantes da AP em Natal, com os quais passei a me encontrar regularmente para troca de informações. Como a Polop tinha um núcleo estudantil em Recife, passei a deslocar-me com certa regularidade até lá, em fins de semana, para discussões políticas. Em resumo: uma prática que pouco se assemelhava com a intensidade da vida política anterior na Bahia.

Em julho recebi a visita de Nilmário Miranda e Edson Soares, que na época atuavam no movimento estudantil mineiro. Estavam de passagem por Natal com destino a Fortaleza. Em agosto vim a Salvador, a serviço. Reencontrei velhos companheiros e conheci novos. O trabalho tinha continuidade. Hermano me procurou e propôs que eu o substituísse como representante da Bahia no IV Congresso, a realizar-se proximamente, pois ele não poderia ir por razões de emprego. Aceitei e combinamos um alibi para me afastar do trabalho em Natal. O Congresso ocorreu em setembro de 1967, em Santos, São Paulo. Lá encontrei Pery.

De volta a Natal, recebi dias depois a visita de duas garotas mineiras, ex-militantes da Polop, que viajavam pelo Nordeste divulgando as posições da facção mineira que rompera com a Organização no Congresso. Hospedaram-se dois dias comigo e, sem saber que eu estivera no Congresso, passaram-me um relatório completamente deturpado do mesmo. Não achei que tenha sido má fé e

sim dificuldades das duas em entender as posições políticas envolvidas.

No fim do ano, quem apareceu foi o Eder Sader em pessoa. Chegava com uma missão: convencer-me a retornar à Bahia, onde se considerava que era necessário um reforço político. Não tive porquê recusar, uma vez que a minha ação política em Natal poucos frutos dera.

O problema era como me desligar da empresa, que apostava na continuidade da minha permanência. Combinei com Eder um telegrama em nome da família, informando que o meu pai estava doente (não havia telefone interurbano na época). Com a chegada do telegrama, tirei férias em janeiro de 1968 e fui para a Bahia. Ao retornar a Natal, encaminhei o pedido de demissão, com a justificativa de que o meu pai havia falecido e eu precisava assumir os negócios da família. Não é preciso dizer que houve muito chororô e uma grande festa de despedida. Tudo em Natal era motivo para intermináveis farras.

O interessante dessa história foi que, já depois da anistia de 1979, quando reencontrei o José Milton em Salvador - ele havia sido preso e barbaramente torturado no Sul do país —, fiquei sabendo que ele também pedira demissão na mesma época e com o mesmo álibi! Um grupo da AP que ele dava assistência em Maceió havia caído e ele teve de sair urgentemente da cidade. O jeito foi improvisar um álibi que incrivelmente coincidiu com o meu.

Na época da anistia eu me encontrava de novo "exilado", desta vez em Brasília. Retornei a Salvador após a anistia, indo trabalhar na Coelha. No governo Waldir Pires, José Milton foi nomeado diretor da empresa, por indicação do PCdoB, ao passo que eu ali desenvolvia atividades sindicais, por meio de um grupo de base denominado "Eletricitários da CUT". Confraternizamos-nos alegremente pelo reencontro, mas logo entraríamos em choque, devido à ação que o meu grupo passou a desenvolver, combatendo às tentativas da direção da empresa de cooptar o Sinergia. As demissões não chegaram a se efetivar. José Milton faleceu anos depois.

O IV Congresso da Polop

Os anos de 1966 e 1967 constituíram um período de vigoroso debate interno na Polop, polarizado por uma facção de Minas Gerais que propunha a palavra de ordem da Constituinte como principalidade na ação da Organização. O núcleo original da Polop, com Eric Sachs à frente, não mediu esforços na produção teórica para o enfrentamento do que considerava um desvio pequeno-burguês. Esse debate, que iria ter seu auge no IV Congresso, realizado em setembro de 1967, teve o papel de forçar uma definição mais clara das posições centrais da Polop, deixando como frutos importantes documentos, dentre eles a série *Aonde vamos*, iniciada em abril de 1966. Outros documentos importantes foram "Formar a vanguarda proletária: A linha estratégica da organização", "Mais uma vez a pequena-burguesia" e "Estado e classes, ditadura e democracia".

Esse debate, que no Sul do país e em Minas Gerais envolveu e dividiu a Organização, chegou até nós, na Bahia, apenas por meio de informes e do material impresso. A nossa pouca tradição em debates internos impossibilitou um envolvimento maior com as divergências em curso. Dessa forma, participei do Congresso esforçando-me para entender o acirramento do debate e a radical mudança nas propostas das oposições.

O Congresso fora antecedido por um debate interno de cerca de dois anos. Três alas

oposicionistas combateram as posições representadas pela Direção Nacional: a) a oposição de Minas, defendendo um "governo nacional-democrático" com base na luta por uma "constituente democrática e soberana"; b) a oposição da Guanabara, que defendia a centralidade da luta no combate ao imperialismo, c) e uma ala de São Paulo, que se opunha a proposta de governo de transição, defendendo a luta direta pela ditadura do proletariado.

Durante o Congresso houve uma reviravolta nas propostas das oposições. A de Minas substituiu a tese inicial por outra, de conteúdo foquista. A oposição da Guanabara também substituiu sua tese por outra baseada nas posições de Régis Debray. A ala paulista não chegou a apresentar tese alguma. Todavia, as três facções terminaram atuando no Congresso em frente única, com base no novo projeto de Minas. Na votação final, foi aprovado o Projeto de Programa Socialista, defendido pelo núcleo central da direção.

A facção mineira rompeu com a Polop e mais tarde adotaria o nome COLINA — Comando de Libertação Nacional —, passando a realizar ações armadas. A facção paulista manteve-se como pequeno grupo independente até o início de 1968, quando foi absorvida por remanescentes do antigo grupo brizolista, o MNR — Movimento Nacionalista Revolucionário —, dando origem à VPR — Vanguarda Popular Revolucionária.⁵ Em julho de 1969, todas essas facções iriam se encontrar na fundação da VAR — Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares).

Nessa época, a luta interna no Partidão era intensa. Várias lideranças questionavam a linha revisionista e de colaboração de classe até então vigente. Dissidências se organizaram no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, assumindo internamente posições parecidas com as teses da Polop. Um representante de uma dessas dissidências participou do IV Congresso como observador. A tese aprovada no Congresso — "Projeto de Programa Socialista" — passou a ser discutida amplamente em toda a esquerda.

O retorno: novamente em Salvador

Em janeiro de 1968, cheguei a Salvador, logo reassumindo a função de membro da Direção Estadual. Constatei que a Organização se renovara, com a entrada de vários companheiros novos, principalmente do movimento estudantil, inclusive secundaristas.

Na Escola de Engenharia, contávamos com um grupo formado por Salomão, que era presidente do Diretório Acadêmico, além dos irmãos Herrera, bolivianos. O primeiro, Alberto, era magro, alto e muito sério. Logo passou a assumir importância na organização interna. O mais jovem, Eddy, era gordo e gostava de se exibir ao volante. Alberto namorava com uma estudante da família Torreão, Antônia, também militante, da mesma forma que a irmã mais velha, Rita.

*Alberto afastou-se da militância em 1972. Reencontrei-o novamente quando retornei a Salvador após a anistia.**

Na Faculdade de Filosofia, contávamos com "Margarida" (Iracema Luzia, atual professora do Instituto de Letras da UFBA). Apesar de sua condição física (andava com dificuldade, apoiada por muletas e utilizava aparelhos nas pernas), era militante ativa no movimento estudantil. Participou do

5. O MNR havia sido parceiro do Polop em 1965 e 1966, na frustrada guerrilha de Caparaó.

Congresso de Ibiúna, tendo sido presa e tratada da mesma forma que os demais. Sua mãe ("Veveia") possuía um pensionato e fornecia refeições, razão pela qual líderes estudantis de passagem pela Bahia se hospedavam na sua casa.

No Instituto de Física da UFBA existia um forte núcleo da Polop, composto entre outros por Carlos Tibúrcio, Rogério Campos, Antônio Carlos Oliveira ("Santana"), João Henrique, Ivanilson Pereira, Delmiro Baqueiro e Denilson Nazaré. Esse grupo passou a ser o carro-chefe da nossa ação no meio estudantil. Tibúrcio destacou-se como liderança de massas, ascendendo na militância estudantil. Chegou à direção da UNE e foi preso no Congresso de Ibiúna.

Tibúrcio foi preso em 1973, retornando de uma viagem ao Chile. Ao sair, afastou-se da militância da Organização. Hoje faz parte da Assessoria de Imprensa da Presidência da República.

Quando eu me mudei para Natal, deixei em Salvador, sob os cuidados da Organização, um pequeno apartamento na rua Carlos Gomes. Ao retornar, percebi que o local vinha tendo um uso intenso, sendo denominado "o AP da O" ou "a ilha". Morava lá o Moacyr Barbosa ("Sílvio"), vestibulando. Logo percebi que era uma pessoa de fibra, com muita disposição para a militância. Passei a dividir o local com ele. No mesmo prédio morava o Rubens ("Bárrios"), estudante de Odontologia, cujo apartamento era também local de reuniões, criando uma situação temerária em termos de segurança. Dei então um basta na utilização anárquica dos locais, reservando-os para as reuniões mais importantes.

No Tororó, na rua José Duarte, o casarão pertencente à família dos Falcón permanecia como ponto de reuniões e encontros. Na mesma rua havia um apartamento, onde moravam o Aderbal e o "Chefia" (estudante de Eletrotécnica) e outro próximo, onde residia Tânia Miranda e suas irmãs, então simpatizantes da Polop. Era uma rua explosiva.

Fui paulatinamente conhecendo outros companheiros, a maioria jovens, sempre com muita disposição. EdLauro, um secundarista. Lexinaldo, também secundarista. Dois desenhistas, que trabalhavam no escritório de arquitetura do Alberto Hoisel, juntamente com o Hermano. Mercedes e Eulina, estudantes de Biblioteconomia.

Gustavo Falcón, um dos irmãos do Pery, era o mais jovem projeto de militante. A partir de 1967 passou a atuar no meio secundarista (Colégio Severino Vieira), exercendo grande liderança. Criou o MOL (Movimento de Organização e Luta), formado por um grupo de secundaristas, do qual participavam Antônio Risério, Jorge Nóvoa, José Raimundo (atual prefeito de Vitória da Conquista), Tânia Miranda e outros. O grupo foi desbaratado pela repressão em 1970, sendo a maioria presa, inclusive Gustavo e Risério. Devido à queda do MOL, Tânia entrou na clandestinidade e foi transferida para o Rio de Janeiro onde se integrou à militância. Gustavo, ao sair da prisão, também foi para o Rio, mas não se adaptou à vida clandestina e retornou a Salvador, desinteressando-se pela militância. Os demais membros do MOL seguiram vida própria.

Foi então que se deu o meu primeiro encontro com o Víctor Meyer. Certo dia, Yara Falcón, que estudava Geologia, falou-me que tinha um companheiro novo com algumas divergências e queria que eu conversasse com o mesmo. Marcamos um encontro e me apareceu uma figura alta, magra, de cabeleira respeitável. Tinha olhos fundos, que nos fitava transmitindo tranquilidade. A fala era mansa e pausada. Ele já havia me remetido previamente um documento de sua autoria, que pretendia expor à discussão interna. Tratava-se de um texto denso, baseado em leituras diversas, mas de conteúdo disperso.

Conversamos longamente, eu argumentei que o texto não guardava muita relação com as questões que estavam na ordem do dia da vida da Organização. Falei da luta interna e da cisão que acabara de ocorrer e recomendei a leitura do "Relatório do CN ao IV Congresso" e do texto "Depois do Congresso", de Eric Sachs. Para minha surpresa, ele não insistiu na defesa do seu documento, declarando que abria mão da sua apresentação para discussão interna. Ficou marcado em mim um aspecto bastante positivo da personalidade daquele que viria a ser um dos mais promissores intelectuais da nossa geração, precocemente desaparecido.

Por meio dos quadros que eu ia conhecendo percebi que o descontentamento com a situação interna era considerável. A Organização crescera na Bahia em quantidade e em influência, mas a sua estrutura interna não seguiu o mesmo ritmo. As minhas possibilidades de interferência eram limitadas, face à personalidade centralizadora do Hermano. Este havia passado por uma transformação considerável. Trabalhando no escritório do Hoisel, abandonara os hábitos clandestinos e circulava abertamente nos meios políticos.

Mas a ação prática tinha continuidade, principalmente na frente estudantil. Surge, a partir de São Paulo, a tese da "Universidade Crítica" como proposta da Polop para o movimento estudantil. Propunha-se que a ação estudantil nas universidades deveria visar a sua transformação em um centro de crítica à sociedade capitalista e de formulação de alternativas de transformação da sociedade. A parte os desvios em relação à teoria marxista (a proposta nunca chegou a ser discutida na Direção Nacional), a tese empolgou as nossas bases estudantis, polarizando debates acalorados.

Salomão, que ocupava a presidência do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia, era um empolgado divulgador da proposta. Chegou a ser apelidado no meio estudantil de "Reitor da Universidade Crítica".

Salomão, por volta de 1969, se exilou voluntariamente em Israel. Só retornou de lá na década de 1980. Sem ter perdido o seu jeito bonachão e risonho, relembrou-me vários episódios da militância anterior. Contou-me que teve que prestar serviço militar no Exército israelense onde passou por maus bocados.

Em 1968, a Polop lançou na Bahia uma chapa puro-sangue para a direção da UEB, encabeçada por Tibúrcio. O quartel-general era o Instituto de Física. Tínhamos como principal adversário a chapa do AP/PC do B. Concorreu também uma chapa do Partidão. Perdemos por poucos votos para a chapa da AP/PC do B.

Em outubro de 1968, tem início o 30º Congresso da UNE, num sítio em Ibiúna, São Paulo, pretensamente clandestino. A repressão invadiu o local e prendeu mais de setecentos estudantes, entre eles as principais lideranças do movimento estudantil: Luís Travassos (presidente eleito), Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc.

O desfecho da luta contra o reformismo

No início de 1968, a luta interna no PCB começa a chegar a um desfecho. As dissidências se consolidam e buscam novas alternativas organizatórias. O surgimento de organizações com práticas militaristas muda o cenário em que se dava a ação das esquerdas. A Direção Nacional da Polop se concentrou no debate com as diversas organizações surgidas, procurando tirar consequências da luta

contra o reformismo.

Mas o desfecho dessa luta foi prematuro. Projetávamos para um futuro próximo a aglutinação das facções que se afastavam do reformismo em uma *Frente de Esquerda Revolucionária*, que viesse a ser o núcleo do futuro partido da classe operária. Isso não se deu. As dissidências foram se consolidando em organizações e partindo para a prática das "ações exemplares". A formulação teórica ficou no meio do caminho.

A despeito de sua importante contribuição no debate teórico, a Polop só conseguiu aglutinar a Dissidência do Rio Grande do Sul. E, ao avaliar que o processo de definições na esquerda estava se esgotando, tentou um ato de impacto, com a fusão e criação do POC (Partido Operário Comunista). Isso se deu no seu 5º Congresso (ou Congresso de Fundação do POC), realizado em abril de 1968, em Santos. A Bahia participou com uma delegação composta por Hermano, eu e Aderbal. Peryjá se encontrava no Sul do país e também participou.

Fato pitoresco nesse Congresso foi a participação como observador de um representante da dissidência carioca. Essa corrente havia participado de todo o processo de discussão que levou ao POC, mas não aderiu à fusão. Acontece que, dentro do Congresso, o seu representante passou a atuar como membro efetivo, intervindo em todas as discussões, inclusive as de ordem interna. No debate sobre o nome do partido, ele criticou o nome POC e propôs, colocando em votação, o nome "PCBR". Coincidência ou não, ficamos sabendo depois que houvera outro congresso no Rio de Janeiro, no mesmo fim de semana, no qual foi criado o PCBR — Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Nessa fase, também surgira na Bahia uma dissidência no Partidão, de âmbito restrito, liderada por Jucá Ferreira, seu irmão Airton (estudante de Engenharia) e Sérgio Furtado (este até hoje um dos desaparecidos da ditadura). A situação do Partidão no movimento estudantil havia se modificado, a partir de 1967. Wally Salomão havia sido destituído do CEU. A prática estudantil do PCB passou a ter maior seriedade, por força dos questionamentos internos.

Mas, a atração pela festividade continuava. Num boletim da Dissidência, intitulado "A arma da crítica", lia-se, em resposta à caracterização de "foquistas" que o PCB lhes fazia: "O foco baiano já existe, está instalado num bar da rua Carlos Gomes e é de direita". Referia-se a um bar da moda frequentado intensamente pela esquerda festiva.

Embora tenhamos mantido boas relações com a Dissidência baiana, ela terminou por se integrar ao MR-8, assumindo a prática militarista. Tive a oportunidade de um encontro com Juca e Sérgio, quando já integravam o MR-8. O fato ocorreu numa casa na orla de Itapoã, onde fui acompanhado por Alberto Herrera. Foi uma longa discussão, entre posições divergentes, daquelas em que as partes não avançam um milímetro. Mas isso fazia parte da prática da esquerda na época.

Tive outras experiências de encontros desse tipo com representantes de organizações militaristas. Uma delas foi com um militante do Sul, que aqui apareceu divulgando as posições da nova organização, a VAR-Palmares. Era alto e bem apessoado, com sotaque típico carioca. Discutimos andando pelas ruas do centro da cidade. Ele portava uma pequena pasta preta onde afirmou conter balas e um revólver. Em certo instante, disse-me: "Todos na esquerda devem andar armados, pois podem ser abordados a qualquer momento e serem presos. Nós adotamos como diretriz todos usarem armas e reagirem em caso de prisão". Eu ouvi calado, imaginando: que chance teríamos de sair vivos dali, se a repressão aparecesse e aquele cara tentasse usar a arma?

Tempos depois foi a vez de um encontro com o PCBR, que havia deslocado de Recife alguns militantes para desenvolver o trabalho na Bahia. Como de praxe, a primeira providência foi procurar as organizações de esquerda para debates, o que sempre era fácil por meio do movimento estudantil. Marquei o encontro às cinco horas da manhã, horário em que eu poderia sair do meu local de moradia com certeza de não estar sendo seguido. Encontrei um careca, de estatura mediana, com aparência e sotaque tipicamente nordestinos. Era Paulo Pontes. Conversamos longamente, caminhando pela Avenida Vasco da Gama. Dias depois, soube pela imprensa de um embate na madrugada entre "terroristas" e uma patrulha do Exército, no Dique do Tororó, do qual saiu morto um sargento e presos Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes.

Em 1965, quando retornei para a Bahia e me integrei à militância no PT, logo reconheci Paulo numa reunião. Como ele não demonstrou me reconhecer fiquei na minha. Tornamo-nos amigos e, tempos depois, ele me perguntou, curioso, se eu era o cara da Polop do encontro antes da prisão. Eu confirmei dando risadas.

A criação do POC ocasionou uma grande reanimação na nossa militância, que assumiu a divulgação com novo ímpeto. O carro-chefe para esse trabalho foi o "Manifesto de Criação do POC", lançado logo após o Congresso. Na Bahia, o movimento estudantil estava mobilizado e a divulgação obteve boa aceitação. Mas, houve alguns episódios curiosos. Numa reunião do DCE da UFBA, alguém externou uma indignada crítica: "Distribuíram um manifesto de um tal de POC que ninguém sabe o que é, assustando as mocinhas casadoiras das nossas faculdades!". Não sei das "mocinhas casadoiras", pois o que sobressaía na época eram as chamadas "caça-líderes" - garotas que militavam ativamente na base do movimento, dedicando-se a disputarem entre si a atenção dos dirigentes estudantis do Sul que por aqui transitavam...

No Congresso de fundação do POC, para minha surpresa, o meu nome foi incluído na Direção Nacional. Não me considerava com formação suficiente para compor aquele coletivo dirigente. Mas eles precisavam de um nome que fizesse ligação da Direção com a Organização no Nordeste e avaliaram que o meu era o mais adequado face aos problemas de militância do Hermano. Passei então a viajar mensalmente a São Paulo para as reuniões da direção. Ia de ônibus, saindo de Salvador na quinta-feira à noite e chegando na capital paulista na sexta à tarde. Dirigia-me para o apartamento de Carlos Alberto Sardenberg ("Caldeira"), atual jornalista e comentarista político, na época estudante. Ele sempre demonstrava surpresa ao me ver chegar, dizendo que não entendia como eu fazia uma viagem tão longa para participar de uma reunião.

Numa dessas viagens encontrei na rodoviária de Jequié, os meus velhos contemporâneos da Escola de Engenharia, Haroldo Lima e Jorge Leal (este último um dos que foram assassinados pela ditadura. No restaurante da rodoviária, eles dividiam um "pf". Relataram-me com alegria que a AP havia superado a sua fase idealista e adotado o marxismo-leninismo. Mas, para eles, o marxismo-leninismo correto era o de Mao Tse-tung, caracterizando como traição o revisionismo da União Soviética. Convidaram-me a ingressar na organização, já que se recordavam das minhas simpatias pelo marxismo. Respeitosamente, tive de lhes explicar que estava em outra.

O surgimento das ações militaristas tinha seus reflexos no interior da Organização, gerando cobranças e discussões internas. A colocação da questão da luta armada pela Polop, nos termos expostos no "Aonde Vamos IV" nada tinha a ver com o voluntarismo que se passou a defender e praticar. Mas, a Organização, a despeito da firmeza com as questões teóricas, vacilou em apresentar uma crítica radical à nova onda que se consolidava. Isso porque as prisões, torturas e mortes logo se

transformaram em realidade para a esquerda, levando a Polop a considerar que a solidariedade se sobrepuja ao embate interno. Só em meados de 1968 foi publicado o artigo "Luta Armada e Luta de Classes", de autoria de Eric Sachs⁶, que não chegou a ter o impacto que merecia. Mais tarde, uma oposição militarista surgiria dentro da organização, levando à cisão do POC.

Com o surgimento de concepções militaristas no seu interior, a Direção do POC tentou um enfrentamento político, convocando um "Pleno Ampliado" (reunião ampliada da Direção Nacional). Da Bahia, participamos eu e Victor Meyer, além de Pery Falcón, que então morava em Belo Horizonte. O Pleno ocorreu em meados de 1969, no Rio Grande do Sul e pôs a nu as divergências internas em maturação. Eric Sachs, principal formulador das posições tradicionais da Organização, encontrava-se visivelmente constrangido face ao retrocesso que aquela reunião revelava. Mas, não deixou de demonstrar a combatividade que o caracterizava, intervindo em todos os pontos do debate, sempre com clareza e objetividade. Não obteria êxitos, todavia. As divergências recrudesceram, chegando a solapar a unidade de ação do POC.

Após um desgastante período de luta interna, a ala mais fiel às posições tradicionais da Polop tomou a iniciativa de romper com a maioria do POC e, em abril de 1970, formalizaram a criação da OCML-PO (Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária). Eric não participaria desse desfecho: no segundo semestre de 1969 seria preso pelo DOPS carioca. Conseguiu fugir da prisão e refugiou-se na Embaixada do México, exilando-se posteriormente na Alemanha.

Junto com Victor Meyer, elaboramos a tese básica da criação da OCML, tese esta intitulada "Plano tático de construção partidária". Neste documento, procurávamos nos inspirar nas posições tradicionais da Polop (com as quais o POC havia rompido), e elaborar diretrizes táticas para a nova organização. Posteriormente, ao lado de algumas lideranças do Rio, Victor iria criticar o documento como "voluntarista".

Sob a égide do Ato 5

Voltemos a 1969. Com o surgimento das ações armadas, a repressão se intensificou e se especializou. A tortura foi institucionalizada como principal método da repressão e as organizações passaram a contar seus mortos e desaparecidos.

E o pau que dava em Chico, dava em Francisco. Embora não tenhamos assumido a prática militarista, o terreno em que pisávamos era o mesmo campo minado. O terror repressivo valia para todos. Tivemos que rever os métodos de trabalho. Desde 1964 que usávamos nomes de guerra, e os mudávamos periodicamente. Medidas mais rigorosas foram se impondo: controle no uso dos aparelhos, restrições à vida social entre militantes, não deixar material político no local de moradia, entre outras. Mas, isso não nos livrou das baixas.

Na Bahia, a primeira queda foi a de uma célula operária em Periperi, no início de 1969, que envolveu Moacyr Barbosa. Por razões de segurança, nós já havíamos abandonado o apartamento da rua Carlos Gomes e mudado para outro, no largo Dois de Julho. Moacyr dava assistência à célula de

6. In Revista *Marxismo Militante*, nº 1, maio de 1968.

Periperi⁷, que se reunia na casa de um sapateiro — um senhor idoso e paraplégico, antigo militante de esquerda. A célula foi denunciada por um empregado do sapateiro, que via a movimentação na casa e quis se vingar do patrão por ter sido demitido. O sapateiro e seu filho foram presos e submetidos à tortura. O garoto abriu um ponto que tinha com Moacyr, onde este foi preso.

Moacyr foi levado para um aparelho da Polícia Federal no primeiro andar de um prédio na rua Monte Alverne, no Centro Histórico. Foi interrogado e deixado sentado numa cadeira, algemado. Ele conseguiu pegar um clipe em cima da mesa e abrir a algema. Pulou da janela, caindo em cima de um carro e desapareceu rua abaixo, ouvindo os gritos atrás de si. Entrou na clandestinidade e foi transferido para São Paulo.

Eu retornava de uma viagem a São Paulo quando o episódio aconteceu. Na rodoviária de Feira de Santana, um companheiro me esperava e me pôs a par da situação. Não tínhamos certeza se algo apreendido com Moacyr tinha exposto o apartamento onde morávamos. Na dúvida, resolvi ficar em Feira de Santana, pedindo ao companheiro que retornasse a Salvador e, à noite, mandasse alguém de carro me buscar. Às oito horas da noite chegou o Eddy, que me levou até a casa de um amigo onde fiquei de molho até a situação se esclarecer.

No edifício da Carlos Gomes, onde o Rubens ("Bárrios") continuava morando, o sapateiro apareceu levado por policiais. Rubens vinha saindo do prédio no mesmo instante em que perguntavam ao porteiro qual era o apartamento do "Burros". Ele conseguiu sair pelos fundos do edifício sem ser visto. É que o sapateiro tinha participado de uma reunião no apartamento de Rubens, mas não se lembrava do número.

O incidente seguinte ocorreu com o próprio Hermano. Ele havia casado, tinha um filho e morava num apartamento no Largo da Amaralina. Passou a ter o hábito de reunir amigos para uma feijoada aos sábados em sua residência, durante a qual utilizava um mimeógrafo no quarto de empregada para imprimir materiais. Entre os frequentadores, havia um *office boy* do escritório de Hoisel, pessoa duvidosa, que transitava por certas áreas da esquerda festiva. Por ter se desentendido com Hermano, denunciou à Polícia as suas atividades políticas.

Hermano e a mulher foram transferidos para São Paulo e depois se exilaram no Chile. Hoisel conseguiu apresentar um depoimento convincente e foi liberado. Os dois desenhistas que trabalhavam no seu escritório não chegaram a ser envolvidos. Após o incidente, tanto Hoisel como os desenhistas se afastaram da militância. O mimeógrafo foi tirado em tempo do apartamento da Amaralina por um dos desenhistas, que o enterrou no quintal de sua casa e posteriormente o devolveu à Organização.

A Organização foi sucessivamente perdendo quadros, ao passo que a prática externa já não apresentava facilidades para recrutamento. Pery já havia saído há tempo. Salomão saiu do país, indo para Israel. Iracema se afastara da militância. Yara e Alexandrina preferiram ir por conta própria para São Paulo, da mesma forma que Ed'Lauro. Rogério e Tibúrcio foram presos no Congresso de Ibiúna e, ao saírem da prisão, foram transferidos, um para Minas, outro para São Paulo. Moacyr e Hermano entraram na clandestinidade. O incidente com Hermano levou também Aderbal à clandestinidade, ocasionando a sua transferência para o Rio de Janeiro.

Hoisel, os desenhistas e os irmãos Herrera se afastaram. O racha do POC levou a Linovita e o Antônio Carlos ("Santana").

7. Subúrbio ferroviário de Salvador.

As quedas de 1972

A continuidade da minha militância em Salvador passou a se complicar quando começaram a surgir indícios de que a Organização na Bahia estava sendo alvo de vigilância policial. Por duas oportunidades, desconfiei que estivesse sendo seguido. Num sítio de minha propriedade, na Estrada Velha do Aeroporto, o caseiro me informou que três homens de paletó e gravata, com armas à vista, tinham estado lá fazendo perguntas. Discuti a questão internamente, mas os companheiros não deram muita atenção. Por conta própria, tomei as minhas medidas.

Já estava decidido que eu deveria me transferir para São Paulo, onde havia carência de quadros dirigentes após a queda de Ceici Kameyana e outros. As minhas atividades estavam sendo reduzidas, enquanto eu aguardava a solução de questões pessoais para marcar a viagem. Eu morava então num quarto de pensão na Avenida Sete, com a bagagem reduzida a uma mala de roupas e outra de livros. Como eu não iria levar de imediato a mala de livros, já a havia guardado no quarto de um amigo, numa pensão em frente a que eu morava. Pressentindo o cerco se fechar, reduzi ao mínimo os meus contatos com a Organização. Suponho que apenas Victor Meyer sabia o meu local de moradia.

Desde uma releitura de *O que fazer?*, de Lênin, que eu incorporara o conceito de "revolucionário profissional" como padrão de comportamento. Não "profissional" no sentido de ser mantido pela Organização, como entendia o Partidão, mas no sentido de que a atividade revolucionária deveria ser encarada como uma efetiva profissão, a ser exercida com dedicação e eficiência. Entre os deveres da profissão, incluía-se o saber driblar a repressão, resistir às torturas — não morrer, mas manter-se vivo para a revolução. Nesse entendimento, a "queda" (prisão) não passaria de um acidente de trabalho, devendo, portanto, ser contornada com ações preventivas. Eu costumava dizer aos companheiros menos afeitos aos cuidados com a segurança: "Posso cair por falha de outros, mas nunca por negligência minha".

Fato é que, na primeira semana de abril de 1972, quando retorno do interior numa viagem a serviço, sou procurado por Victor, que já havia ido várias vezes na pensão da avenida Sete, para me avisar que boa parte da Organização havia caído. Imediatamente reuni os meus pertences e guardei com um amigo da pensão em frente. Dispensei o meu quarto, dizendo ao proprietário que estava indo para Brasília, onde arranjava um emprego.

Reunimos então, eu, Victor e Alberto Herrera, para um balanço da situação. Entre os dias cinco e onze de abril de 1972 havia caído todo o grupo do Instituto de Física, a partir da queda inicial de Delmiro Baqueiro. Havia caído também Ivan Braga, Jane (secretária da pós-graduação do Instituto de Física) e Mercedes. Nenhuma informação tínhamos de Lexinaldo e outros (só posteriormente soubemos da queda de Lexinaldo).

Decidimos uma série de ações para avisar companheiros e ex-companheiros que poderiam ser atingidos, bem como a imediata saída de Victor para o Sul do país, pois existiam indícios de que ele já estava sendo procurado. Resolvi ficar na Bahia mais uma semana para concluir a solução de algumas pendências pessoais. Victor embarcou para o Rio de Janeiro, deixando um encontro marcado comigo para dali a uma semana, numa esquina do Largo do Machado.

Como se deram essas quedas? Nunca ficou bem esclarecido. Fato é que as atividades da Organização já vinham sendo acompanhadas pela repressão, como nos indicava uma série de indícios.

João Henrique mantinha contato com um grupo de secundaristas, por intermédio de Jorge Nóvoa, remanescente do MOL. Existiria uma infiltração nesse grupo, um elemento de nome Carlos Orleans, vulgo "Capote". Segundo Jorge Nóvoa, ele notou algumas vezes que estava sendo seguido e, quando relatava isso internamente, o "Capote" dizia que não era a repressão, mas alguém do grupo "fazendo a segurança".

João Henrique relata que naquela época teve um encontro com Jorge Nóvoa no Viaduto da Sé e, em seguida, se encontrou com sua namorada Rosely, indo para o Bar do Belvedere, na Praça da Sé. Dois agentes, fingindo-se de bêbados, chocaram-se contra eles, ocasião em que supostamente colocaram um gravador debaixo da mesa. Ele deduz isso porque, durante os interrogatórios a que foi submetido na prisão, a repressão sabia da sua transferência programada para o Rio, fato que ele havia discutido na mesa do Belvedere com a Rosely.

Para a minha permanência em Salvador, não poderia contar com parentes nem com nenhum dos contatos remanescentes da Organização. Procurei então um amigo do PCdoB, Agnaldo "Esquerdinha", que, muito preocupado por que sua Organização também se encontrava enfrentando problemas de segurança, encaminhou-me para um simpatizante deles. Este não era outro senão um velho amigo de quarto de pensão e da Escola de Engenharia, Antônio Borges, recém-formado em Engenharia Civil, com casa e escritório na Rua Leovigildo Filgueiras. Ali fiquei cerca de uma semana, adotando medidas para uma saída definitiva do Estado. Embarquei então para o Rio de Janeiro, usufruindo da boa vontade de Borges que me transportou de carro até a cidade de Milagres, onde peguei um ônibus para Vitória da Conquista e daí outro para o Rio.

No Rio, encontrei-me com Victor Meyer junto com o Aderbal Burgos. Uma semana depois, embarquei para São Paulo, onde assumi o posto de membro da Executiva Nacional da PO. Um novo capítulo da minha história se iniciava. Os anos de chumbo iriam ser vividos na militância em pleno coração do país — São Paulo.

(Salvador, março de 2008).

* CORREÇÕES E MODIFICAÇÕES FEITAS POR PERY FALCÓN

PUBLICADO IN "GALERIA F - LEMBRANÇAS DO MAR CINZENTO 3ª PARTE - Victor Meyer Um Revolucionário", Ed. Caros Amigos, 2008.